

Perfil das reservas particulares do patrimônio natural do Estado do Paraná

Antonio Cristiano Vieira Cegana^{1*}, Leide Yassuco Takahashi¹ e Francisco Giovanni David Vieira²

¹Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

²Departamento de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: agrocris@hotmail.com

RESUMO. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), uma das categorias de manejo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, são fundamentais para a preservação da biodiversidade. Com o objetivo de caracterizar as RPPNs do Estado do Paraná, destacando os pontos primordiais para um efetivo e adequado manejo das áreas em prol da conservação, foram aplicados 66 questionários junto aos proprietários de RPPNs, entre julho e novembro de 2004. Após as análises univariadas e bivariadas, desenvolvidas pelo pacote estatístico Le Sphinx Plus, foi verificado que o poder público municipal foi o principal incentivador à criação dessas unidades de conservação, visando aos benefícios financeiros gerados pelo ICMS Ecológico. A maior parte das reservas não apresenta tipo algum de planejamento devido à falta de apoio técnico e ao custo oneroso do documento; a proteção das áreas não vem sendo atingida em consequência da baixa disponibilidade financeira e as pesquisas científicas são pouco desenvolvidas nas RPPNs, em decorrência da falta de apoio oferecido e da ineficiente divulgação junto às instituições de ensino, de pesquisa, dentre outras.

Palavras-chave: RPPN, Unidade de Conservação, biodiversidade.

ABSTRACT. Private reserves of natural patrimony profile in the State of Paraná.

Private Reserves of Natural Patrimony have a fundamental role in environmental preservation, as a component of the Brazilian National Protected Area System. This study aimed to evaluate the private reserves' profile by selecting questions asked to 66 private reserve owners, personally, from July to November, 2004. Data was processed by univariate and bivariate analyses, developed by Le Sphinx Plus statistical package. Results showed that the municipal government provided the main stimulus for the creation of private reserves in the state of Parana, as the municipality receives financial support generated by an Ecological Tax (Ecological ICMS); most private protected areas have no management plan. The protection of these private lands did not endure due to the lack of financial readiness and a lack of research due to insufficient support from and acknowledgement among universities, research institutions and others.

Key words: PRNP, protected areas, biodiversity.

Introdução

A preocupação e a sensibilização mundial para a proteção da biodiversidade vem evoluindo desde a criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos, em 1972.

No Brasil, as unidades de conservação vêm se consagrando como instrumento fundamental para a proteção dos ecossistemas, principalmente depois da Lei nº 9.985, de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural

(RPPNs), uma das categorias de manejo das unidades de conservação, são áreas privadas de relevante interesse ambiental, cujo principal objetivo é conservar a biodiversidade. A declaração dessas áreas como RPPN é de vontade exclusiva do proprietário que a grava com perpetuidade perante aprovação do órgão ambiental, averbando-a à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis (Brasil, 2000).

O Estado do Paraná possui um programa estadual de reservas privadas que conta atualmente com 185 RPPNs, totalizando 30.376,15 ha de áreas protegidas em âmbito estadual e 6.742,18 ha pertencentes a outras 6 áreas de âmbito Federal

(IAP, 2004).

As reservas privadas têm um papel fundamental para a conservação ambiental mundial. Além da proteção de amostras da diversidade biológica, elas atuam como zona tampão para outras áreas protegidas, na formação de corredores ecológicos e no direcionamento do uso sustentável dos recursos naturais em áreas produtivas (Swift *et al.*, 2004).

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar as RPPNs do Estado do Paraná, destacando os pontos primordiais para um efetivo e adequado manejo das áreas em prol da conservação.

Material e métodos

Para o levantamento de dados, foi elaborado um questionário, baseado em um trabalho proposto inicialmente por alguns proprietários e técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Esse questionário, composto por 38 questões e subdividido em 7 temas fundamentais dentro de uma RPPN, foi testado preliminarmente com 5 proprietários na região de Maringá, Estado do Paraná. Após as readequações realizadas para facilitar o seu entendimento e preenchimento, foram realizadas 6 reuniões regionais em pontos estratégicos do estado, entre os meses de julho e agosto de 2004 (Tabela 1). Essas reuniões foram convocadas pela Associação Paranaense de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN Paraná) e apoiadas pelo IAP, para aplicação dos questionários.

Tabela 1. Reuniões regionais realizadas para obtenção dos dados.

Regionais do IAP onde ocorreram as reuniões	Regionais do IAP envolvidas nas reuniões	Data e horário das reuniões	Local das reuniões
Campo Mourão	Umuarama, Ivaiporã e Pitanga	21/7/04 14:00h	Parque Estadual Lago Azul
Paranavaí	Maringá	28/7/04 14:00h	Parque Estadual Amaporã
Cornélio Procopio	Jacarezinho e Londrina	05/8/04 10:00h	Parque Estadual Mata São Francisco
Pato Branco	União da Vitória, Francisco Beltrão e Guarapuava	12/8/04 10:00h	Escritório do IAP
Ponta Grossa	Litoral, Curitiba e Irati	19/8/04 10:00h	Escritório do CREA
Toledo	Foz do Iguaçu e Cascavel	25/8/04 10:00h	Centro de Pesquisa em Aqüicultura Ambiental

Tendo em vista a baixa frequência dos proprietários nas reuniões, foi iniciada uma nova etapa de obtenção de dados, por meio de entrevistas via telefone, durante os meses de outubro e novembro de 2004. Devido à desatualizada lista dos números de telefone dos proprietários de RPPN e à falta de interesse e disponibilidade deles em

responder a entrevista, foram adicionados à amostra somente mais 7 questionários preenchidos, perfazendo um total de 66 RPPNs avaliadas.

A análise estatística dos dados foi realizada por meio do pacote estatístico Le Sphinx Plus, recomendado por Freitas e Moscarola (2000) e Freitas *et al.* (2002) para esse tipo de estudo. Os resultados foram obtidos mediante análises univariadas e bivariadas.

Resultados e discussão

A área total protegida pelas RPPNs no Estado do Paraná é constituída principalmente por pequenas propriedades, das quais metade possui até 50 ha (Tabela 4). Essa estrutura fundiária ocorre em função de essas propriedades se localizarem principalmente em regiões favoráveis à agricultura, onde o custo da terra é mais elevado. Esse fato não interfere no potencial de conservação, quando a proximidade de outras UCs, o nível de ameaça de um ecossistema e a quantidade de espécies endêmicas a ser protegida são os principais fatores para a criação dessas áreas (Chacón e Córdoba 1998; Fonseca e Silva, 2004; Silva, 2004).

Como apresenta a Tabela 2, as reservas privadas da América Latina apresentam uma diferente realidade, principalmente observando que 1/3 das áreas possui mais de 500 ha. Isso se deve ao atuante papel das Organizações Não Governamentais (ONGs), que são fortes captadoras de recursos na criação dessas áreas. Mesquita (1999) identificou que 70% da superfície protegida pelas reservas privadas na América Latina pertencem às ONGs. No Brasil, de acordo com Ibama (2004), esse setor protege somente 10% da área total, ficando mais de 70% nas mãos de pessoas físicas.

Tabela 2. Tamanho das reservas privadas do Estado do Paraná e da América Latina.

Tamanho (ha)	RPPNs do Estado do Paraná		Reservas Privadas da América Latina *	
	n	%	n	%
0 a 50	92	49,73	28	23,7
51 a 200	51	27,57	30	25,5
201 a 500	24	12,97	16	13,6
501 a 2500	15	8,11	22	18,6
Mais de 2501	3	1,62	22	18,6
Total	185	100	118	100

* Mesquita (1999).

Em relação ao acesso, a maior parte dessas áreas se caracteriza por apresentar pelo menos um trecho de estrada não-pavimentada, a qual muitas vezes é encontrada em condições precárias. Essa situação é decorrente da falta de manutenção que, muitas vezes, é responsabilidade do poder público municipal.

A prefeitura, como maior incentivadora para a criação de RPPNs e principal beneficiária do tributo do ICMS Ecológico, mostrou uma atuação instável quando se constata que hoje mais da metade das áreas não conta mais com o incentivo inicial recebido por ela. Esse descrédito mobilizou os proprietários a procurarem mecanismos legais para que os municípios mantivessem um apoio constante, de acordo com as necessidades e as situações particulares de cada proprietário.

Em razão dessa luta, os Estados que implantaram o ICMS Ecológico, além de beneficiarem diretamente os municípios que contêm unidades de conservação (Pereira, 2002), podem repassar aos proprietários, via associação, uma parte recebida pela existência das RPPNs. Para que isso aconteça, os seguintes critérios devem ser obedecidos, segundo a Associação Paranaense de Proprietários de RPPN:

- a) existência da Lei do ICMS Ecológico;
- b) criação de Lei Municipal, autorizando um convênio entre o Município e a Associação de proprietários de RPPN, com as devidas assinaturas;
- c) conferência do valor de ICMS Ecológico gerado pela RPPN, por meio do extrato do órgão ambiental;
- d) criação do Decreto Municipal de nomeação da Comissão Paritária para fiscalização das verbas decorrentes do ICMS Ecológico;
- e) elaboração de um projeto de aplicação e gestão das verbas destinadas à RPPN e
- f) aprovação do projeto pela Comissão Paritária e a assinatura do Termo de Repasse, entre a associação estadual/regional e o proprietário da RPPN.

A partir desse momento, o proprietário recebe o repasse mensal por meio da Associação, e deverá prestar contas mensalmente junto à associação e prefeitura. Desse modo, a Associação Paranaense se responsabiliza pela prestação anual de contas à Prefeitura Municipal, pela publicação do balanço financeiro anual em jornal de circulação estadual e pela publicação da prestação de contas anual de cada uma das RPPNs no site da RPPN Paraná. Hoje, 4 RPPNs do Estado do Paraná estão recebendo o repasse do ICMS Ecológico e uma área está com o processo em andamento.

Embora o total de propriedades avaliadas tenha sido de 66, nem todos os entrevistados responderam a todas as questões. Essa situação se deveu ao fato de não ser possível acompanhar o preenchimento do questionário de cada proprietário durante a reunião.

Sem considerar o valor da terra, esta pesquisa verificou que mais de ¾ dos proprietários investiram até 20 mil reais em suas áreas e têm um gasto médio

anual de 6 mil reais, como apresenta a Tabela 3.

Tabela 3. Investimento total e gasto médio anual das RPPNs no Estado do Paraná.

Investimento (R\$)	N	%	Gasto médio anual (R\$)	N	%
Até 20 mil	51	77,27	Até 6.000	51	78,46
De 21 a 50 mil	8	12,12	De 6.001 a 10.000	4	6,15
De 51 a 100 mil	3	4,55	De 10001 a 20.000	5	7,69
De 101 a 200 mil	1	1,52	20.001 a 50.000	1	1,54
De 201 a 500 mil	-	-	50.001 a 100.000	2	3,08
Mais de 500 mil	3	4,55	Mais de 100.000	2	3,08
Total	66	100,00	Total	65	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, julho - novembro/2004. * Questão/pergunta fechada. Tabela construída sobre 66 observações e percentuais calculados em relação ao número de citações.

Independentemente do tamanho da RPPNs, foi destacada a situação delicada que enfrentam os proprietários rurais nos últimos anos. Desse modo, para muitos, o gasto médio anual é elevado. Esses valores mostram que conservar a biodiversidade depende de outros fatores além da vontade do proprietário. Verificou-se, também, que 65,15% dos recursos destinados à conservação da RPPN vêm do bolso dos proprietários, preocupados em preservar a diversidade biológica local (Tabela 4). Por outro lado, a falta de informação do comprometimento de custos a partir da criação da RPPN foi detectada. O mais preocupante, contudo, é que 17% dos proprietários não obtêm tipo algum de recurso.

Tabela 4. Origem dos recursos obtidos para a manutenção das RPPNs do Estado do Paraná.

Origem dos recursos	n	%
Ingressos	4	6,06
Loja de souvenirs	2	3,03
Camping	1	1,52
Hospedagem	1	1,52
Recursos do proprietário	43	65,15
Outro	4	6,06
Não obtém recursos	11	16,67
Total	66	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, julho - novembro / 2004. * Questão múltipla com limite de até 3 respostas possíveis. Tabela construída sobre 66 observações e percentuais calculados em relação ao número de citações.

Analisando as necessidades prioritárias citadas pelos proprietários das RPPNs (Tabela 5), foi constatado que a elaboração do plano de manejo, a necessidade de melhorar a segurança e a infraestrutura foram as ações mais importantes para 64% das áreas. Esse resultado demonstra que os proprietários estão cientes da necessidade e da obrigatoriedade de apresentar o plano de manejo da área, já que 89% delas não possuem o estudo. A quinta prioridade mais citada por 1/3 dos entrevistados foi a educação ambiental, o que talvez esteja ligado ao fato de que só algumas propriedades abertas à visitação desenvolvem um programa educativo.

Tabela 5. Ações prioritárias para as RPPNs do Estado do Paraná.

Ações	Primeiro		Segundo		Terceiro		Quarto		Quinto		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Aumento da área	2	3,64	2	4,44	4	10,81	-	-	-	-	8	4,21
Contratação de pessoal	6	10,91	-	-	2	5,41	-	-	2	8,33	10	5,26
Melhorar infra-estrutura	11	20,00	5	11,11	-	-	4	13,79	2	8,33	22	11,58
Compra de equipamentos	1	1,82	4	8,89	-	-	3	10,34	-	-	8	4,21
Divulgação	1	1,82	2	4,44	5	13,51	-	-	2	8,33	10	5,26
Elaboração do plano de manejo	12	21,82	10	22,22	4	10,81	2	6,90	-	-	28	14,74
Segurança	12	21,82	6	13,33	6	16,22	5	17,24	-	-	29	15,26
Apoio a pesquisa	1	1,82	2	4,44	9	24,32	4	13,79	1	4,17	17	8,95
Educação ambiental	1	1,82	6	13,33	1	2,70	6	20,69	8	33,33	22	11,58
Monitoramento	-	-	-	-	2	5,41	2	6,90	1	4,17	5	2,63
Separação de lixo	1	1,82	-	-	-	-	1	3,45	-	-	2	1,05
Capacitação de pessoal	-	-	-	-	-	-	1	3,45	2	8,33	3	1,58
Captação de recursos	3	5,45	7	15,56	2	5,41	-	-	6	25,00	18	9,47
Outro	1	1,82	1	2,22	2	5,41	-	-	-	-	4	2,11
Nenhuma	3	5,45	-	-	-	-	1	3,45	-	-	4	2,11
Total acumulado	55	100,00	45	100,00	37	100,00	29	100,00	24	100,00	190	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, julho - novembro/2004. * Questão/pergunta de 5 respostas múltiplas ordenadas. A Tabela fornece as freqüências para cada ordem e para a soma. ** A Tabela é construída sobre 66 observações e os percentuais são calculados em relação ao número de citações.

Mencionada como segunda prioridade por 15% dos entrevistados e como última (quinta prioridade) por 25% deles, a captação de recursos não preocupa a maior parte dos proprietários, visto que o principal motivo de criação das RPPNs foi a conservação dos recursos naturais para 68,18% dos entrevistados (Tabela 6). Assim sendo, vale ressaltar que a principal meta de criação das RPPNs está sendo condizente com o objetivo primário proposto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000). Mesquita (1999), analisando as RPPNs da América Latina, verificou também que as motivações conservacionistas superaram qualquer outra razão.

Tabela 6. Motivos para a criação de RPPNs no Estado do Paraná.

Motivo	Primeiro		Segundo		Terceiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Conservação dos recursos naturais	45	68,18	6	15,38	-	-	51	40,48
Isenção do ITR	9	13,64	19	48,72	2	9,52	30	23,81
Gerar recursos para o município	4	6,06	4	10,26	8	38,10	16	12,70
Atrativo turístico	-	-	6	15,38	8	38,10	14	11,11
Receio de reforma agrária	-	-	2	5,13	2	9,52	4	3,17
Outro motivo	4	6,06	2	5,13	1	4,76	7	5,56
Nenhum motivo	4	6,06	-	-	-	-	4	3,17
Total acumulado	66	100,00	39	100,00	21	100,00	126	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, julho - novembro/2004 * Questão/pergunta de 3 respostas múltiplas ordenadas. A Tabela fornece as freqüências para cada ordem e para a soma. ** A Tabela é construída sobre 66 observações e os percentuais são calculados em relação ao número de citações.

O motivo secundário para a criação de RPPN foi a isenção do ITR, seguido pela geração do ICMS ecológico, juntamente com a opção de criar a RPPN para transformá-la em atrativo turístico. Esses últimos empataram ocupando o terceiro lugar.

A preocupação de alguns conservacionistas de que os proprietários transformassem suas terras ameaçadas de desapropriação em RPPNs para escapar da reforma agrária, deixando de lado os princípios de conservação, não foi constatado, sendo

o motivo menos citado na pesquisa.

Atividades associadas à conservação nas RPPNs são práticas comuns para 85% dos proprietários, das quais se destacam a pecuária e agricultura.

A captação de água nas RPPNs se dá principalmente em rios cujas nascentes se localizam dentro da própria área e somente 12% das propriedades não possuem recursos hídricos. O tratamento de esgoto é inexistente para 86% das reservas e somente 44% das RPPNs separam o lixo, um tema bem discutido nas práticas de educação ambiental.

Considerando as áreas abertas ao uso público, detectou-se que somente 30% dos proprietários investem nesse setor. Entretanto, ao contrário das recomendações feitas pela Unep (2002) em relação ao sucesso da atividade, nas áreas abertas à visitação, somente 35% possuem um planejamento do uso público, o que pode promover impactos biológicos, físicos e sociais, descaracterizando os objetivos básicos da UC. Dessas áreas, metade não investe em educação ambiental, diferentemente das reservas da América Latina, onde 61% desenvolvem a atividade na região (Mesquita, 1999).

A proteção da reserva está diretamente ligada à fiscalização da área, sendo que somente metade das RPPNs a possui, devido à baixa disponibilidade financeira e/ou à quantidade de funcionários existentes, já que essa atividade requer um custo fixo mensal. Por outro lado, 28,79% dos proprietários fiscalizam suas áreas diária ou semanalmente para a prevenção da caça e do corte ilegal de madeira, enquanto 7,58% realizam a atividade mensalmente. De acordo com Wiedmann (1997), esse quadro deve se alterar rapidamente por ser uma das obrigações que os proprietários assumem ao criarem a UC, tornando-os sujeitos a multas e penalidades no caso de não-cumprimento.

Em se tratando da infra-estrutura existente nas RPPNs, de acordo com a Tabela 7, a estrutura para administração foi a mais freqüente. Isso acontece pelo fato de utilizarem a mesma estrutura já existente para administrar os outros setores da propriedade rural. O mesmo caso é repetido para a residência de funcionários existente em 19 propriedades e o local de manutenção em 12 delas, considerando a amostra de 66 RPPNs.

Tabela 7. Freqüência da infra-estrutura existente nas RPPNs do Estado do Paraná.

Infra-estrutura	n	%
Administração	22	17,19
Hospedagem	12	9,38
Casa de funcionários	19	14,84
Local para manutenção	12	9,38
Laboratório de pesquisas	1	0,78
Alojamento para pesquisadores	10	7,81
Centro de visitantes	2	1,56
Área para piquenique	8	6,25
Camping	3	2,34
Piscina	3	2,34
Lanchonete	2	1,56
Trilhas	11	8,59
Placas de sinalização	7	5,47
Outro	1	0,78
Não possui	15	11,72
Total acumulado	128	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, julho - novembro/2004. * Questão múltipla com limite de até 5 respostas possíveis. Tabela construída sobre 66 observações e percentuais calculados em relação ao número de citações.

Aproximadamente 23% das RPPNs analisadas nesta pesquisa não apresentavam tipo algum de infra-estrutura, o que dificulta o desenvolvimento das atividades básicas para a proteção e a conservação do local.

O telefone e a televisão são os meios de comunicação mais freqüentes nas propriedades, seguidos pelo telefone celular e o rádio. Entretanto destaca-se que aproximadamente 21% das RPPNs não contam com tipo algum de comunicação.

Este estudo confirmou o trabalho apresentado por Morsello (2001), segundo o qual as pesquisas nas RPPNs são pouco expressivas. No Paraná, observou-se que 47 das 66 reservas amostradas nunca desenvolveram qualquer tipo de pesquisa, principalmente pela falta de apoio por parte dos proprietários e pela ineficiente divulgação junto às instituições de ensino, de pesquisas dentre outras.

Conclusão

Apesar de o principal motivo de criação das RPPNs ser a conservação da natureza, o poder público municipal é o principal incentivador à criação dessas unidades de conservação, visando aos benefícios financeiros gerados pelo ICMS Ecológico.

A maior parte das reservas não apresenta qualquer tipo de planejamento nem plano de

manejo por causa da falta de apoio técnico, por ser um documento oneroso ou simplesmente por desconhecer a necessidade e a importância de tê-lo.

A proteção das áreas não vem sendo atingida em consequência da falta de funcionários para a fiscalização e da baixa disponibilidade financeira, embora os proprietários venham priorizando a contratação de funcionários e a captação de recursos.

A pesquisa científica é pouco desenvolvida nas RPPNs, principalmente pela falta de apoio oferecido por parte dos proprietários e pelo baixo investimento na divulgação junto às instituições de ensino, pesquisa e outras afins.

Referências

- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília: MMA/SBF, 2000.
- CHACÓN, C.M.; CÓRDOBA, R.C. *Conservación de tierras privadas em América Central*. Utilizando herramientas legales voluntárias - Iniciativa Centroamericana de Conservación Privada - Centro de Derecho y de los Recursos Naturales (Cedarena). San José: Cedarena., 1998.
- FONSECA, G.A.B.; SILVA, J.M.C. The Everlasting Role of Protected Áreas in Biodiversity Conservation. In: MILANO, M.S. et al. (Org.). *In: Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2004. p. 147-162.
- FREITAS, H.; MOSCAROLA, J. *Análise de dados quantitativos e qualitativos: casos aplicados usando o Sphinx*. Porto Alegre: Sphinx, 2000. 176p.
- FREITAS, H. et al. *Pesquisa interativa e novas tecnologias para coleta e análise de dados usando o Sphinx*. Porto Alegre: Sphinx, 2002. 384p.
- IAP-Instituto Ambiental do Paraná. Biodiversidade e áreas protegidas. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/biodiver.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2004.
- IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/rppn>>. Acesso em: 10 nov. 2004.
- MESQUITA, C.A.B. *Caracterización de las reservas Naturales privadas en América Latina*. 1999. Dissertação (Mestrado em Conservação da Biodiversidade)-Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, 1999.
- MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- PEREIRA, C. Trocando Experiências - Como Andam Nossas Redes de Informação sobre Conservação de Terras Privadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002. p. 870-871.

SILVA, J.M.C. O Conceito de HOTSPOT como Base para Definição de Áreas Prioritárias para Conservação. In: MILANO, M.S. et al. (Org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2004. p. 115-117.

SWIFT, B. et al. Private Lands Conservation in Latin America: The Need for Enhanced Legal Tools and Incentives. *J. Environm. Law Litigat.*, Oregon, v. 19, n. 1, p. 85-139, 2004

UNEP-United Nations Environmental Programme. About Ecotourism. [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em:

<<http://www.uneptie.org/pc/tourism/ecotourism/home.htm>>.

Acesso em: 19 nov. 2004.

WIEDMANN, S.M.P. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IAP; Unilivre: Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação, 1997. v. 2, p. 3-14.

Received on March 18, 2005.

Accepted on September 21, 2006.